

**RETIFICAÇÃO - EDITAL DE LEILÃO.** PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. VARA ÚNICA DA COMARCA DE ESPERA FELIZ/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0007690-69.2018.8.13.0242. EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA. EXECUTADO: JOSE ANTONIO ALVES e outros. **O leilão será exclusivamente eletrônico**, e realizado no site [www.anandaleiloes.com.br](http://www.anandaleiloes.com.br). O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

**1º LEILÃO:** início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia **11/11/2024 a partir das 13:00 horas**. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.

**2º LEILÃO:** no dia **28/11/2024 às 13:00 horas** inicia o fechamento do 2º leilão, e **os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.**

**LANCE MÍNIMO:** No 1º leilão será aceito o maior lance, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir de 90% da avaliação do bem.

**FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATACÃO:** o leilão será aberto para pagamento à vista ou parcelado com sinal de no mínimo 50% e o restante em até 10 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, **impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial.** O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail [anandaleiloes@gmail.com](mailto:anandaleiloes@gmail.com) na mesma data, até às 15 horas.

**DESCRIÇÃO DOS BENS:** 1) Fazenda Pão de Ló, localizada no município de Espera Feliz-MG com área de 02.00.00ha, casa, terreiro de cimento, secador de café, cem mil pés de café, divisas e cercas conhecidas e respeitadas, confrontando com propriedades de Amauri Fumian e com José Antônio Alves. **MATRÍCULA:** 6837 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Espera Feliz/MG.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

**ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 06/09/2024:** Hipoteca em favor do Banco do Brasil S/A (R-2); Cédula Rural em favor do Banco do Brasil S/A (AV-3); Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil S/A (R-4); Ação de execução referente ao processo 0242.18.000769-0 (AV-6). O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro

de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 06/09/2024.

2) Fazenda Bom Jardim localizada no Córrego Bom Jardim, Caiana - MG com área de 99,13,89ha, 02 casa de colono e lavoura de café, divisas e cercas conhecidas e respeitadas, dentro das seguintes medidas e confrontações: começa pelo marco cravado à margem do Rio São José; daí segue rumo NO 325°00, confrontando com Hugo e Henrique Moreira da Silva, passando pela várzea, Estrada Lavoura de Café Pastagens Mata Virgem, indo até a vertente; agora segue vertente, rumo SE, confrontando com Espólio de João Rodrigues Barbosa, Adilio Moreira Pinheiro, Jair e Armando Alves de Souza, até o Rio São João, daí segue rio acima até o ponto de partida e início desta descrição. **MATRÍCULA:** 713 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Espera Feliz/MG.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

**ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 06/09/2024:** Cédula de Crédito Bancário em favor da Cooperativa de Crédito das Matas de Minas Gerais – Sicoob Credi sudeste (R-14, R-15 e R16), em favor do Banco do Brasil S/A (R-9 e R-10); Ação de Execução referente ao processo 0242.18.000769-0 (AV-11). O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 06/09/2024.

**OBSERVAÇÃO:**

Os créditos que recaem sobre o imóvel, inclusive os de natureza *propter rem*, serão sub-rogados sobre o preço da alienação, sendo observada a ordem de preferência, conforme preceituam o § 1º, do artigo 908, do Código de Processo Civil e o parágrafo único do artigo 130 do CTN.

**CONDIÇÕES DO LEILÃO:** Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:

1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Ananda Portes Souza, Matrícula 872 – JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão. A Leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail [anandaleiloes@gmail.com](mailto:anandaleiloes@gmail.com) na mesma data, até às 15 horas.

3º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data

indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

4º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial

4) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site <https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/> pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.

5º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

6º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.

7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, “*Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no “caput” deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.”.*

9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site [www.anandaleiloes.com.br](http://www.anandaleiloes.com.br), e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do *login* poderá ofertar os lances.

11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens,

não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter “*AD-CORPUS*”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remissão), se requerido após leilão com recebimento de lance, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento)

sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.

**13º)** Nos termos do CPC, art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: [www.anandaleiloes.com.br](http://www.anandaleiloes.com.br).

**14º)** A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

**15º)** A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

**16º)** Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados do leilão, suprimindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC.

**17º)** Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da Leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada “perturbação” ao leilão.

**18º)** Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave

ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 01/11/2024.

